

Reveladas as origens, as Máscaras Caem!

De quem foi a ideia de privatizar a Eletrobras? Quem elaborou os estudos que deram suporte à decisão?

O próprio MME, através do Ofício Nº 817/2017 (veja [aqui](#)), enviado à Eletrobras, entrega.

Um pouco de história recente é providencial para explicar e compreender as movimentações, ligações e artimanhas de algumas personalidades que, infelizmente, fazem parte hoje do dia a dia do MME e da Eletrobras:

Com a aprovação do impeachment em maio de 2016 - cujo processo foi baseado em prática de crime de responsabilidade por "pedaladas fiscais", chega ao poder Michel Temer e traz consigo para o MME o jovem ministro Bezerra Coelho Filho, que por sua vez, trouxe como seu Secretário Executivo Paulo Pedrosa (ex: Equatorial e ABRACE), que por seu turno, indicou para a Eletrobras o Sr. Wilson Pinto Junior.

Com isso, o MME e a Presidência da Eletrobras estavam sob controle. Era bom, mas era pouco. A dominação precisava ser maior e mais abrangente. Era fundamental indicar também alguns membros para o Conselho de Administração da Companhia - CAE.

A coisa andou e foi possível entabular indicações estratégicas para o CAE: chegaram o consultor Vicente Falconi Filho, a advogada e especialista em privatizações Elena Landau e o Sr. José Guimarães Monforte, velho conhecido do mercado. Mas, para ficar ainda melhor e o domínio ser total, era preciso indicar o presidente do CAE e, logo pensaram: temos que convencer o acionista majoritário (a União) a abrir mão de sua indicação para presidência do CAE, deixando que os acionistas minoritários o façam.

Passados alguns meses, dentro de um arranjo inédito, a União, graciosamente e pela primeira vez ao longo dos 55 anos de existência, a Eletrobras abriu mão de suas prerrogativas e concordou com a indicação do Sr. José Guimarães Monforte para presidente do CAE. Essa história seria normal se não fosse a real origem destas estratégicas indicações - o GRUPO 3G do megaempresário JORGE PAULO LEMANN e Cia, dentro de um plano maquiavélico para a privatização da Eletrobras.

O enredo começou com o Sr. Pinto Junior vendendo que a Eletrobras era "ineficiente", que sua dívida era "monstruosa" e que era necessário vender as distribuidoras e a maioria das SPE's, além da necessidade de fazer um drástico corte de pessoal.

Neste script, Pinto Junior (3G) se fantasiou de "salvador da pátria" e saiu visitando todas as empresas do sistema vendendo essas ideias e ressaltando que os negócios de transmissão e geração ficariam com a Eletrobras não privatizada - permaneceria estatal.

Em agosto de 2017, o governo toma a decisão pela privatização da Eletrobras, pegando a todos de surpresa. Imediatamente, em atitude comum aos covardes e enganadores, o presidente Pinto Junior (3G) vai à TV Corporativa da Empresa, falar sobre a referida decisão e diz que como todos os empregados, também fora surpreendido com a decisão do governo!

No dia 29/11/2017, a Eletrobras divulga Fato Relevante ao mercado sobre o recebimento do Ofício nº 817/2017 do MME, onde o Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas Energia Fernando Coelho Filho apresenta esclarecimentos a respeito da proposta de privatização da Eletrobras, fazendo questão de destacar que a proposta de **privatização fora sugerida pelo presidente da Eletrobras, Senhor Wilson Pinto Junior (3G), através da CTA-PR-539/2017**, tendo como base "contribuições" de estudos realizados pelos analistas do próprio Grupo 3G (Coincidência?), trabalho este que traz informações distorcidas, passa ao largo de outras relevantes e impactantes, sem falar outras impropriedades e manipulações .

Por trás desta encenação (ensaiada de comum acordo) de Ministro enviando carta à Eletrobras e a Eletrobras enviando, em seguida, comunicado ao mercado, há dois objetivos principais: o primeiro é pressionar o Congresso e o presidente Temer, já que é o próprio Congresso que está impedindo que o Projeto de Lei seja enviado ao Congresso.

O segundo o objetivo é maior e mais danoso: os vendilhões estão repassando para a própria Eletrobras todo e qualquer custo e responsabilidade sobre a especulação bilionária no mercado de capitais, auferida com as divulgações midiáticas da privatização. Uma tentativa de imputar à própria Eletrobras os custos, multas e processos judiciais, principalmente se a privatização der para trás, quando o TCU, o Ministério Público e a CVM oficializarem os gestores da Eletrobras.

Assim, os processos voltar-se-ão contra a própria Eletrobras e não contra a União ou contra os CPF's do Ministro, do Paulo Pedrosa e do presidente da Eletrobras.

Também no ofício divulgado, o MME, "preocupado e temeroso", faz questão de recomendar a todos que lidam com informações sigilosas e restritas sobre o processo de privatização em andamento, que atentem para os deveres e responsabilidades constantes no Decreto 7.724/2012, na Instrução CVM Nº 358/2002, e na Lei

8.112/1990.

Senhor Ministro, infelizmente suas recomendações são inócuas e, neste momento, sem nenhum valor, pois o processo em questão está eivado de impropriedade e ilicitudes desde do início, principalmente quando os dirigentes permitiram que a Eletrobras fosse capturada pelo GRUPO 3G.

Excelência, as vísceras da empresa foram escancaradas a um grupo minoritário que participou de todas as discussões estratégicas sobre a pretensa privatização, cujas análises e estudos estão sendo, vergonhosamente, utilizados para embasar esse delicado processo.

Suas recomendações são tardias: "Não adianta colocar o cadeado depois que as portas (da Eletrobras) foram arrombadas".

A sociedade, as demais partes interessadas e muitos acionistas minoritários, que não tiveram informações privilegiadas como as fornecidas ao GRUPO 3G, já estão prejudicados!

Hoje, na Eletrobras, apesar de seu código de ética e conduta e as leis que disciplinam como os seus dirigentes devem agir, a gestão está frouxa e permissiva quanto às práticas que representam conflitos de interesses e comportamentos antiéticos.

É preciso ter zelo com a coisa pública, não permitindo que o privado se apodere indevidamente do público, caso contrário haverá prática de improbidade administrativa.

Neste contexto, também não é correto que se utilize de cargo ou função pública para defender, indevidamente, interesse de terceiros - isso configura advocacia administrativa, além de outros crimes previstos na legislação penal.

Não é ético e justo jogar toda a culpa do processo de privatização para cima dos Congressistas, que votarão o PL da privatização.

Senhores Congressistas, prestem atenção no absurdo que estão fazendo para ficarem impunes, usando-os e colocando-os como "buchas", pois é um absurdo retirar o voto da União na AGE da privatização.

A União não votar por conflito de interesses só está na cabeça da CVM (não é unanimidade lá), mas o majoritário votar não só é questão legal (a Justiça tem dado ganho de causa nesses casos, inclusive alguns processos já com STF favorável), mas de princípios constitucionais.

Retirar o voto da União é jogar toda a culpa para cima do Congresso. Os congressistas que votarão o PL da privatização é que serão os culpados por todo o dano causado.

Enfim, esses recentes passos já são para buscar culpados e ter a quem acusar: a própria Eletrobras e os Congressistas, muito dos quais vêm sendo enganados com conversa para boi dormir.

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

**A Diretoria, em 4 de dezembro de 2017.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL**

